

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.298 - SP (2020/0025474-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BYUNG KUK PARK
ADVOGADO : ODAIR LABS - SP058557
AGRAVADO : JIN HYUNG LEE
ADVOGADO : CARLA MATUCK BORBA - SP120694

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BYUNG KUK PARK, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

MÚTUO - AÇÃO DE COBRANÇA IMPROCEDENTE
CONTRATO VERBAL - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO
CONFIGURADO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR ARTIGO 373,
INCISO I, DO CPC - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DECLARAÇÃO DE
POBREZA - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO EXPRESSA, NOS
TERMOS DO ART. 5º LXXIV DA CF IMPOSSIBILIDADE
FINANCEIRA NÃO DEMONSTRADA - SENTENÇA MANTIDA
RECURSO NÃO PROVIDO (fl. 128)

Quanto à primeira controvérsia, alega a violação do art. 373 do CPC, aduzindo que houve incorreta verificação do ônus probatório no processo, trazendo os seguintes argumentos:

Emerge do v. acórdão guerreado, em sede de Apelação, que o ilustre Relator entendeu por bem manter a sentença sob o fundamento que competia ao autor o ônus probatório dos fatos que fundamentam sua pretensão.

As Declarações de Imposto de Renda omitidas no v. acórdão, são incontestavelmente a melhor das provas da existência do negócio jurídico, pois é no mínimo ilógico imaginar que o Recorrido, como contribuinte, iria declarar ao fisco valor do empréstimo, se não tivesse efetivamente sido concedido pelo Recorrente.

Portanto, é imperioso reconhecer que diante da prova documental consubstanciada na confissão do Recorrido inserida na Declaração de Imposto de Renda, o v. acórdão ao dispor como fundamento que competia ao autor o ônus probatório dos fatos que fundamentam sua pretensão, viola o artigo 373 do Código de Processo Civil.

É cediço no direito, que o ônus de provar incumbe a aquele que produziu o documento, nesse caso, ao Recorrido, pois a concessão do empréstimo está lançada como obrigação em sua declaração de Imposto de

Renda (fl. 13). (fl. 151)

Quanto à segunda controvérsia, alega a violação do art. 369 do CPC e afronta aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, no que concerne à existência de cerceamento de defesa, por não ter sido permitida a dilação probatória, trazendo os seguintes argumentos:

Por outro lado, diante dos termos da contestação, era de rigor a dilação probatória para dirimir questão controvertida relevante, ficando caracterizado cerceamento do direito de defesa, por afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.

[...]

Verifica-se, assim, o desacerto do v. acórdão ao negar eficácia de prova a Declaração de Imposto de Renda do Recorrido, pois se trata de documento oficial em que o contribuinte insere de forma espontânea seus direitos e obrigações com terceiros.

Por outro lado, diante da negativa do Recorrido no que tange a existência ou não do empréstimo, era de rigor a abertura da dilação probatória que foi requerida pelas partes quando intimadas a especificarem provas.

Considerando o disposto no artigo 369 do estatuto processual civil, o v. acórdão também ignorou aspecto de questão processual, ou seja, que a não realização de provas necessárias para dirimir questão controvertida relevante caracteriza cerceamento do direito de defesa, por afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal. (fls. 151/152).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o

fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 916.627/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/10/2016; AgInt no AREsp 1.433.206/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 25/6/2019; AgInt no AREsp 1.374.426/MS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 22/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, em relação a alegação de afronta aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não é cabível o recurso especial porque alega violação a princípios. Com efeito, o art. 105, III, “a”, da Constituição Federal, estabeleceu a competência do Superior Tribunal de Justiça para julgar, em recurso especial, as causas cuja decisão recorrida contrarie ou negue vigência apenas a tratado ou lei federal, não incluindo, portanto, os

princípios de direito.

Nesse sentido: “O art. 105, III, 'a', da CF, ao dispor acerca da interposição de recurso especial, menciona a ocorrência de violação à lei federal, expressão que não inclui os princípios” (AgInt no AREsp n. 826.592/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 13/6/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgRg na Rcl n. 10.318/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, DJe de 29/4/2013; e AgRg no AREsp n. 542.160/MG, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/11/2014.

Ademais, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente